

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ESCALADA ESPORTIVA

São Paulo – SP

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
2.024**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
PRESIDENTE, DIRETORES E ADMINISTRADORES
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ESCALADA ESPORTIVA
São Paulo - SP**

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ESCALADA ESPORTIVA** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ESCALADA ESPORTIVA** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".

Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras.

CONTEXTO

Nossa auditoria do exercício de 2024 foi planejada e executada levando em consideração as operações da Entidade.

Levamos em consideração os saldos anteriores das contas patrimoniais independentemente de não terem sido auditadas. Como consequência, em termos de escopo e principais assuntos de auditoria, nossa abordagem manteve-se substancialmente inalterada com foco contínuo nas análises das transações envolvendo as respectivas contas patrimoniais.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade

operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2025.



PRYZE CONSULTING, ADVISOR, AUDIT E TAX
CRC – SP 2SP026076 “S”
Maria Cecilia Casanova
CRC-RS nº -53454 “T” – “SP”

1. REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.024

**CONFEDERACAO BRASILEIRA DE ESCALADA ESPORTIVA
CNPJ 20.352.992/0001-23**

São Paulo - SP

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A T I V O

Valores expressos em R\$

	Nota	31-DEC-24	31-DEC-23
CIRCULANTE		794.545	601.853
DISPONIBILIDADES		794.545	601.853
Caixa e bancos	4.1	26.341	126.982
Aplicações de liquidez imediata	4.1.2	768.204	474.871
NÃO CIRCULANTE		321.661	360.885
IMOBILIZADO		321.661	360.885
Equipamentos		278.167	271.993
Processamento de dados		46.704	46.275
Outras imobilizações (Ferramental)		40.810	40.810
Móveis e utensílios		126.726	122.765
(-) Depreciação		(170.746)	(120.958)
TOTAL DO ATIVO		R\$ 1.116.206	R\$ 962.738

CONFEDERACAO BRASILEIRA DE ESCALADA ESPORTIVA
CNPJ 20.352.992/0001-23

São Paulo - SP

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

P A S S I V O

Valores expressos em R\$

	<u>Nota</u>	<u>31-DEC-24</u>	<u>31-DEC-23</u>
CIRCULANTE		134.793	85.294
Obrigações trabalhistas/sociais/tributárias	6.1	134.793	85.294
PATRIMÔNIO SOCIAL		981.413	877.444
Superávit acumulado		981.413	877.444
TOTAL DO PASSIVO		<u>R\$ 1.116.206</u>	<u>R\$ 962.738</u>

CONFEDERACAO BRASILEIRA DE ESCALADA ESPORTIVA
CNPJ 20.352.992/0001-23

São Paulo - SP

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO

Valores Expressos em R\$

	Nota	31-DEC-24	31-DEC-23
RECEITAS DO EXERCÍCIO		6.888.350	5.320.841
Receitas bruta de anuidades	8.1.1	6.884.443	5.255.149
Receitas financeiras	8.1.3	3.907	65.692
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS		(6.784.380)	(5.171.335)
Despesa pessoal	8.2.1	(1.561.540)	(1.065.300)
Despesa geral	8.2.2	(3.566.393)	(2.433.477)
Campeonatos	8.2.3	(1.639.940)	(821.126)
Projeto Termo Fomento		-	(810.590)
Despesas financeiras	8.2.5	(1.901)	(16.949)
Despesas tributárias	8.2.6	(14.606)	(23.893)
Superávit/Déficit do exercício		R\$ 103.970	R\$ 149.507

CONFEDERACAO BRASILEIRA DE ESCALADA ESPORTIVA
CNPJ 20.352.992/0001-23

São Paulo - SP

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXAS

Valores expressos em R\$

	31-DEC-24	31-DEC-23
Atividades operacionais		
Superávit/Déficit do exercício	103.970	149.507
Depreciação	49.788	49.455
INSS a recuperar	-	27.656
Obrigações trabalhistas/sociais/tributárias	49.498	62.507
Obrigações tributárias	-	(17.517)
Encargos sociais	-	(39.539)
Recursos provenientes das atividades operacionais	R\$ 203.256	R\$ 232.068
Atividades de investimento		
Aquisições de imobilizado	(10.564)	(27.456)
Recursos aplicados nas atividades de investimento	R\$ (10.564)	R\$ (27.456)
Aumento (redução) no caixa e equivalente de caixa	R\$ 192.692	R\$ 204.612
Caixa no início do exercício e equivalente de caixa	601.853	397.241
Caixa no final do exercício e equivalente de caixa	794.545	601.853
Aumento (redução) no caixa e equivalente de caixa	R\$ 192.692	R\$ 204.612

**CONFEDERACAO BRASILEIRA DE ESCALADA ESPORTIVA
CNPJ 20.352.992/0001-23**

São Paulo - SP

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

PERÍODO DE 01-Jan-23 a 31-Dez-24

CONTAS ESPECIFICAÇÕES	SUPERÁVIT/DÉFICIT ACUMULADO		TOTAL GERAL
Saldo em 31-Dec-2022	R\$	727.937	R\$ 727.937
Superávit do exercício		149.507	149.507
Saldo em 31-Dec-2023	R\$	877.444	R\$ 877.444
Superávit do exercício		103.970	103.970
Saldo em 31-Dec-2024	R\$	981.413	R\$ 981.413

CONFEDERACAO BRASILEIRA DE ESCALADA ESPORTIVA
CNPJ 20.352.992/0001-23

São Paulo - SP

DADOS FINANCEIROS SELECIONADOS

	31-DEC-24	31-DEC-23
Resultados		
Receitas bruta de anuidades	6.884.443	5.255.149
Receitas financeiras	3.907	65.692
Superávit/déficit do exercício	103.970	149.507
% Superávit/total receitas	2%	3%
Desempenho		
Capital circulante líquido	659.752	516.558
Giro do ativo	6,2	5,5
Dados balanço		
Endividamento	134.793	85.294
Patrimônio social	981.413	877.444
Despesa financeira	1.901	16.949
Outros dados		
Depreciação e amortização	49.788	49.455
Índices		
Liquidez geral - LG	5,89	7,06
Liquidez seca - LS	5,89	7,06
Liquidez corrente - LC	5,89	7,06
Grau de endividamento - GE	0,12	0,09
Estrutura de capital (%)		
Endividamento	14%	10%
Endividamento curto prazo	14%	10%
Imobilização do patrimônio líquido	33%	41%

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ESCALADA ESPORTIVA
São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.024

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ESCALADA ESPORTIVA, é uma CONFEDERAÇÃO de direito privado, sem fins lucrativos, com duração por prazo indeterminado, fundada em 22 de março de 2014, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com endereço à rua Pascal, nº 1.353, sala 6, Campo Belo, cidade e estado de São Paulo.

Os objetivos e finalidades da entidade são:

I – Promover, coordenar, incentivar e participar das atividades da escalada esportiva de competição junto aos atletas e esportistas simpatizantes da modalidade em todo o território nacional, bem como em atividades das congêneres internacionais;

II – Encorajar e promover quaisquer movimentos que visem a formação de novas associações estaduais voltadas para a escalada esportiva, prestando-lhes o devido assessoramento;

III – Representar a escalada esportiva brasileira de competição perante as entidades nacionais e internacionais ligadas à escalada esportiva e em qualquer atividade de âmbito nacional e internacional, perante outros órgãos públicos e privados;

IV – Manter intercambio e respeitar as atividades das entidades de escalada esportiva nos âmbitos estadual e internacional;

V – Conceder filiação a associações e clubes brasileiros, para que participem oficialmente do desenvolvimento da escalada esportiva em condições de competitividade;

VI – Trabalhar na captação de recursos para formação de um time nacional profissional, apto a representar o Brasil em eventos internacionais de escalada esportiva;

VII – Fomentar a prática, difusão, aprimoramento técnico e desenvolvimento da escalada esportiva de competição em âmbito nacional e internacional;

VIII – Manter o controle e política antidoping junto a seus associados, preservando assim a saúde e prática justa do esporte nacionalmente e internacionalmente, seguindo o estabelecido na legislação vigente;

IX – Organizar, regulamentar e apoiar a prática das modalidades de escalada esportiva de competição, bem como organizar campeonatos e eventos em território nacional;

X – Participar de competições, torneios, campeonatos e outros eventos internacionais nos diferentes níveis e categorias, inclusive Copas do Mundo, Campeonatos Mundiais, Jogos Olímpicos e Paralímpicos.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovado pela Resolução nº 1.255/09 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e estão apresentadas em real (R\$), sendo esta a moeda funcional da sociedade.

O CPC PME está convertido às normas internacionais de contabilidade para Pequenas e Médias Empresas emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB”.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, o qual é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com CPC PME requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

NOTA 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração destas demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1. Princípios gerais

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

As receitas de patrocínios são reconhecidas no resultado quando todos os riscos são transferidos para a entidade e os benefícios econômicos são gerados a favor da sociedade. Uma receita não é reconhecida se houver incertezas em relação à sua realização.

3.2. Instrumentos financeiros

3.2.1 Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela entidade são classificados sob a categoria de recebíveis e são representados por ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto aqueles com prazos de vencimento superior a 12 meses após as datas dos balanços, os quais são classificados como ativo não circulante.

A entidade reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a empresa se torna uma das partes das

disposições contratuais do instrumento. A entidade não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela empresa nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. Os principais ativos financeiros não derivativos reconhecidos pela empresa são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, e outros recebíveis.

3.2.2 Passivos financeiros

A entidade reconhece os passivos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial.

A entidade tem os seguintes passivos financeiros: fornecedores e outros débitos. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivo é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixas futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Avaliados pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, quando aplicável. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de liquidez, cujas taxas são compatíveis às de mercado, estando registradas ao seu valor justo e de realização.

3.2.4 Ativo Circulante e não circulante

Os valores foram registrados pelo seu valor nominal.

Sendo considerado curto prazo as operações com menos de 12 (doze) meses e a longo prazo as operações superiores a doze) meses.

3.2.5 Imobilizado

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a empresa e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual e do valor estimado. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

NOTA 4. ATIVO CIRCULANTE

4.1. Caixa e Bancos

Compreendem o saldo em caixa e depósitos bancários sendo que estas estão avaliadas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço:

4.1.1 Bancos

	31-dez.-24	31-dez.-23
CEF cta 2665-6	1.693	1.693
CEF cta 2706-7	5	8.615
CEF cta 2756-2	31	-
CEF cta 2755-5	100	-
CEF cta 29007-8		529
CEF cta 3136-6	4.195	-
BTG Pactual	20.299	116.145
CEF cta 2985-10	17	-
Total	R\$ 26.341	R\$ 126.982

4.1.2 Aplicações financeiras

	31-dez.-24	31-dez.-23
Aplicação automática CEF - Cta 2906-0	-	48
Aplicação Automática CEF - Cta. 2756-3	-	329.327
Aplicação Automática CEF - Cta. 2755-5	-	115.839
Aplicação Automática CEF - Cta.3131-5	-	29.386
Aplicação automática CEF - Cta 2983-3	-	42
Aplicação automática CEF - Cta 2985-0	-	81
Aplicação automática CEF - Cta 2907-8	-	147
Aplicação automática CEF - Cta 3136-6	64.945	-
Aplicação automática CEF - Cta 3137-4	683.259	-
Investimento XP - BTG Pactual	20.000	-
Total	R\$ 768.204	R\$ 474.871

NOTA 5. ATIVO NÃO CIRCULANTE

5.1 Imobilizado

Os bens integrantes do imobilizado estão pela adoção do custo atribuído em seus ativos. Os bens foram depreciados considerando a vida útil aplicada pela legislação tributária e a constante valorização de mercado de veículos usados. A adoção do custo atribuído, somada à revisão das vidas úteis estimadas geraram um efeito no imobilizado líquido em contrapartida na conta de Avaliação patrimonial no Patrimônio Líquido, sendo deduzido o respectivo imposto de renda e da contribuição social diferida. A seguir demonstramos o detalhamento dos bens do ativo imobilizado:

	31-dez.-24	31-dez.-23
Equipamentos	278.167	271.993
Processamento de dados	46.704	46.275
Outras imobilizações (Ferramental)	40.810	40.810
Móveis e utensílios	126.726	122.765
Total	R\$ 492.407	R\$ 481.843

NOTA 6. PASSIVO CIRCULANTE

Estão representados neste grupo os compromissos assumidos à curto prazo, conforme demonstrados a seguir:

6.1 Obrigações trabalhistas/sociais/tributárias

Encargos sociais		
	31-dez.-24	31-dez.-23
INSS a Recolher	90.180	55.617
FGTS a Recolher	8.065	5.154
Total	R\$ 98.245	R\$ 60.771

Obrigações tributárias		
	31-dez.-24	31-dez.-23
PIS	1.286	644
IRRF (Código 0561) a Recolher	17.034	14.614
IRRF (Código 0588) a Recolher	18.227	9.266
Total	R\$ 36.548	R\$ 24.524

NOTA 7. PATRIMÔNIO SOCIAL

Compõe o saldo do Patrimônio social os superávit e déficit do ano atual e anteriores.

NOTA 8. APURAÇÃO DO RESULTADO

As despesas e receitas do exercício foram integralmente reconhecidas pelo regime de competência de exercícios.

8.1 Receitas

8.1.1 Receitas bruta de anuidades

	31-dez.-24	31-dez.-23
Associação (contribuições/anuidades)	95.559	74.197
COB	7.426.029	4.764.102
COB - Doação Modal	245.203	141.888
Patrocínio	42.080	110.000
Fomento	(29.659)	806.372
Devoluções/recomposições	(894.769)	(641.409)
Total	R\$ 6.884.443	R\$ 5.255.149

8.1.3 Receitas financeiras

	31-dez.-24	31-dez.-23
Receitas financeiras diversas	3.907	65.692
Total	R\$ 3.907	R\$ 65.692

8.2. Despesas Operacionais

8.2.1 Pessoal

	31-dez.-24	31-dez.-23
Salários e ordenados	726.001	454.050
Férias	64.431	57.976
Assistência médica	330	-
Uniformes, acessórios e vestuário	31.982	19.759
PIS - FP	8.239	5.543
13º salário	63.148	42.950
Previdência social	588.332	440.681
FGTS	79.079	44.341
Total	R\$ 1.561.540	R\$ 1.065.300

8.2.2 Gerais

	31-dez.-24	31-dez.-23
Serviços prestados PJ	618.121	64.299
Seguros	6.892	2.719
Lanches e refeições	-	1.668
Despesas cartoriais	2.071	179
Material técnico esportivo	32.078	14.689
Bens de pequeno valor	861	1.476
Fotocópias	549	128
Aluguel	34.290	33.990
Serviços prestados PF	1.833.790	1.463.609
Estacionamento	-	25
Passagens/hospedagens/reuniões/eventos	829.983	730.396
Condução	-	68
Depreciação	49.788	49.455
Correios	638	677
Material de escritório	2.419	1.952
Locações de máquinas/mobiliário/equipamentos	33.911	-
Internet/provedor/site	10.957	7.877
Material de limpeza	526	500
Despesas diversas	26.312	-
Licenças/inscrições IFSC	83.206	59.770
Total	R\$ 3.566.393	R\$ 2.433.477

8.2.3 Campeonatos

	31-dez.-24	31-dez.-23
Brindes/workshop	10.622	7.131
Premiação de campeonatos (ABEE)	-	39.010
Manutenção diversas - CT ABEE	676.922	53.641
Manutenção de atletas	939.217	686.790
Premiação Campeonato (ABEE)	13.179	-
Campeonato de base	-	1.800
Campeonato Casa da Pedra	-	15.580
Campeonato Sul-Americano	-	1.950
Etapas Boulder	-	15.224
Total	R\$ 1.639.940	R\$ 821.126

8.2.4 Financeiras

	31-dez.-24	31-dez.-23
Juros passivo	417	16
Despesas bancárias	1.295	3.193
IRRF s/aplicações financeiras	152	12.056
IOF	37	1.684
Total	R\$ 1.901	R\$ 16.949

8.2.5 Tributárias

	31-dez.-24	31-dez.-23
TFE	432	413
IRRF s/ câmbio - Invoice	14.173	23.480
Total	R\$ 14.606	R\$ 23.893